COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 73 FEVEREIRO 1992

Enviado da ONU em Timor-Leste

Laboriosamente preparadas pela ONU e Indonésia e aceites por Portugal o estatuto e as condições da missão da ONU, Amos Wako chefiou a equipa que durante 24 horas visitou Dili. A Indonésia, que lhe controlou os passos, rejubila com o êxito. Quanto a Portugal, ainda não explicou porque anuíu a esta iniciativa e tarda em dizer que a viagem de Wako não substitui a realização dum verdadeiro inquérito.

DO INQUÉRITO INTERNACIONAL À MISSÃO DE A. WAKO

O impacto internacional criado pela divulgação das imagens do massacre de Santa Cruz foi tal que Suharto se viu obrigado a constituir, no curto espaço de oito dias, uma Comissão Nacional de Inquérito (KPN). A nomeação desta comissão, formada por sete elementos - todos membros do próprio aparelho de Estado que se propunham avaliar, sendo três deles militares - levantou desde logo a maior reserva em relação às suas conclusões. O relatório preliminar já divulgado provou que aquelas dúvidas eram fundadas e que se estava em presença dum inquérito-farsa sem qualquer credibilidade.

A necessidade dum inquérito isento e imparcial foi realçada desde o inicio, quer por organizações de direitos humanos quer por Governos. Sendo do conhecimento geral a subordinação, na Indonésia, do poder judicial ao poder político e deste à instituição militar, era óbvio que só a internacionalização da investigação do massacre poderia garantir tal desiderato. Sempre a Indonésia rejeitou essas intenções, insistindo em que se tratava dum assunto interno e que não seriam toleráveis quaisquer ingerência externas.

Nos finais de Novembro e inícios de Dezembro o tema forte da questão de Timor-Leste era justamente o da internacionalização do inquérito. Portugal conseguia então o acordo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia expresso numa resolução na qual se declarava nomeadamente o apoio "*a uma investigação ampla e credível por partes independentes e imparciais*". Surpreendentemente o nosso país não achou interessante ou prometedor aprofundar as potencialidades desta resolução exigindo da Comunidade Europeia os instrumentos práticos da sua concretização, tendo enveredado antes pela abordagem da questão junto das Nações Unidas. Não o fez, todavia, pela "porta larga", ao contrário das sugestões várias nesse sentido, prescindindo de levar o assunto quer à Assembleia Geral quer ao Conselho de Segurança, argumentando com a falta de realismo dessa proposta. Ao invés, tentou (e conseguiu) envolver o Secretário-Geral - e a ONU por seu intermédio - em declarações públicas de simpatia por uma acção investigadora de contornos e características algo nebulosas, visto que desde o inicio se aceitava tacitamente que tal iniciativa teria de ter o acordo (que acordo?) da Indonésia.

Assim, no decurso de Dezembro, começou a ser ventilada a hipótese da deslocação a Timor de uma equipa das Nações Unidas. A reacção inicial da Indonésia foi de oposição frontal mas aos poucos amoleceu a sua posição.

Quando Boutros Ghali substituiu Cuellar, o assunto transitou para ele e após contactar com Portugal e com a Indonésia finalmente, já em Janeiro, designou Amos Wako como chefe da equipa. Por esta altura desconhecia-se ainda o estatuto, âmbito e objectivos da sua deslocação não sendo sequer claro se ele visitaria Timor-Leste.

PASSOS RIGOROSAMENTE VIGIADOS

The Economist

NESTE NÚMERO:

- Amos Wako visita a Indonésia e Timor-Leste
- Massacre de Santa Cruz: entre a cumplicidade e a solidariedade
- Solidariedade internacional: encontro em Genebra

Quando Wako aterrou em Jacarta, em 10 de Fevereiro, era ponto assente - para a ONU, Indonésia e Portugal - que a sua viagem não era do tipo investigação mas visava antes "clarificar" alguns aspectos mais obscuros do "incidente" (eufemismo empregue por Jacarta e adoptado por Wako para se referir ao massacre de Santa Cruz). O seu estatuto oficial era o de "enviado especial" do Secretário-Geral. O itinerário e os contactos a ter foram revelados somente uma semana antes.

Dos cinco dias de visitas, quatro foram despendidos na Indonésia e apenas um em Timor-Leste. Wako encontrou-se em Jacarta com os principais dirigentes indonésios: Suharto, Ali Alatas, Murdiano (secretário de Estado), Suggih (Procurador Geral), membros da KPN e comandantes militares de Bali e Timor, gen. Mantiri e Syafei. Em Timor falou com Mário Carrascalão, com o bispo Belo, padres Ricardo e António Costa, tendo visitado catorze feridos da repressão no hospital militar. Deslocou-se de autocarro à Igreja de Motael e ao cemitério de Santa Cruz onde parou por cinco minutos, não tendo, todavia, saído do veículo.

Apesar da visita despertar reduzida curiosidade na população local, mais interessada, segundo o comandante militar indonésio do território, na viagem do "Lusitânia Expresso", o Exército não deixou nada ao acaso. O jornal **Editor** (22/2/92) descreve esses preparativos: "*já alguns dias antes da visita as forças de segurança 'limparam' toda a cidade. Uma meia dúzia de camiões Hino, todos repletos de tropas anti-motim fortemente armadas e com escudos, circulou pelas ruas dia após dia. 'Estivemos em alerta total, dia e noite. As brigadas da "secreta" estiveram também em alerta total' disse-nos um polícia de Dili. Desde o raiar da madrugada no dia da chegada de Wako, filas e filas de tropas foram espalhadas pelos campos e atrás das árvores que rodeiam o aeroporto de Comoro. 'Estávamos lá preparados desde as cinco da manhã' disse um dos soldados ao Editor. Mesmo quando caiu uma forte chuvada, as tropas permaneceram em posição, aguardando a chegada do avião de Wako, nessa tarde. Como consequência, não houve incidentes, apesar de uns quantos jovens em várias aldeias terem estado a planear a organização de uma manifestação para saudar Wako. Mas antes que os seus planos se concretizassem, o aparelho de segurança deitou-lhes a 'luva' e foi feito um certo número de prisões.*".

Também o jornal **Tempo** do mesmo dia se refere às medidas de segurança: o grupo de Wako foi sempre fortemente guardado, o próprio comandante militar de Timor seguiu-o à distância, à paisana (segundo a **Tempo**, o gen. Syafei foi ao ponto de passar a noite no mesmo hotel de Wako, no quarto ao lado).

A MISSÃO DE WAKO NÃO SUBSTITUI O INQUÉRITO

As consequências da visita estão ainda por determinar. Para já, Amos Wako produziu um relatório confidencial destinado ao Secretário-Geral. Atendendo ao difícil jogo de equilíbrios que decidiu a missão, ao seu estatuto e à forma como se desenrolou a visita, não é difícil prever que se tratou duma peça laboriosamente desbastada de qualquer conclusão mais "áspera", assepticamente redigida, que não conterá qualquer referência mais severa em relação à Indonésia e, portanto, se revelará inútil como instrumento de pressão sobre esse país.

Menos hipotéticas, porém, que quaisquer possíveis repercussões futuras da missão, são as presentes, que já ocorrem. Objectivamente, a deslocação de Amos Wako está já a servir para avalizar a boa fé e espírito de colaboração do governo indonésio e legitimar o seu pseudo-inquérito. É compreensível o afã com que países (nomeadamente europeus), que se viram forçados a tomar posições duras - pelo menos verbais - contra o regime indonésio, aplaudiram a realização desta missão e têm vindo a aceitar as teses expressas por Jacarta no relatório provisório do KPN.

Não se percebe, no entanto, a posição de Portugal: embarca deliberadamente numa iniciativa de contornos mais que dúbios quando tinha disponíveis outras opções - que manifestamente não accionou, não fez o mínimo esforço para alertar para as limitações a que essa missão se viu coagida e para exigir que ela ocorresse em condições mínimas de credibilidade e dignidade.

É tempo de Portugal dizer à opinião pública e aos seus parceiros comunitários que a investigação "ampla e credível" que a própria Comunidade Europeia apoia não é esta visita. Nem o inquérito do KPN. É tempo de Portugal dizer que a missão de Amos Wako é insuficiente e que ela poderá servir para fixar termos de referência e para auxiliar a definir os meios logísticos necessários à realização dum verdadeiro inquérito internacional, completo e independente. Que está ainda por fazer. □

Entre a cumplicidade e a solidariedade

As reacções internacionais ao massacre de Santa Cruz não foram um fenómeno universal. Situaram-se principalmente no chamado "campo ocidental" (Comunidade Europeia, EUA, Canadá, Japão e Austrália) com poucas excepções. Na Ásia/Oceania: Hong-Kong, Malásia, Tailândia e Vanuatu; na América Latina: México e Venezuela, por influência da visita de Suharto a estes países e da presença de uma numerosa colónia portuguesa no último; em África: nas antigas colónias portuguesas e na África do Sul, através da voz do dirigente histórico do ANC Nelson Mandela.

Nem foram um fenómeno de natureza consensual. Em todas, ou quase todas elas houve uma contradicção clara entre as reacções das autoridades e da sociedade civil. A dos primeiros foi lenta, defensiva, despolitizando a origem do problema pelo acentuar quase exclusivo dos aspectos de respeito pelos direitos humanos; a segunda reagíu de imediato, exigindo coerência de princípios - "*não aos dois pesos e duas medidas*" - e a aplicação de medidas concretas para repôr a legalidade em Timor-Leste (embargo à venda de armas e à ajuda económica ao regime de Jacarta), reafirmando que "*a negação do direito à autodeterminação é a mãe da violação de todos os direitos*".

Esta diferença de abordagens está bem patente no modo como cada uma delas encara a questão do inquérito ao massacre: enquanto a sociedade civil reclama um inquérito internacional credível, os gestores dos aparelhos de Estado contentam-se em pressionar Jacarta a apresentar resultados aceitáveis (para eles).

Mas vejamos quais foram as reacções no primeiro mês e meio após o massacre no chamado "hemisférico norte".

COMUNIDADE EUROPEIA: À ESPERA DE UM PRETEXTO

Este posicionamento foi, aliás, claramente assumido na reunião informal de MNE da CE, tida em Bruxelas em 2 e 3 Dezembro, onde foi aprovada uma declaração apoiando "*os pedidos para uma investigação rigorosa e credível por peritos imparciais e independentes*", sem referir a sua nacionalidade. "*A Comunidade e os seus Estados membros reverão a cooperação entre a CE e a Indonésia à luz das orientações e regulamentos anteriores, e levando em conta a resposta das autoridades indonésias*".

Mesmo aqueles países que tinham tomado uma atitude de

maior impacto para com o regime de Jacarta - casos da Holanda e da Dinamarca que suspenderam a ajuda económica a novos projectos - seguiram esta linha. O MNE dinamarquês Uffe Ellemann-Jensen, ao anunciar em 12 de Dezembro a suspensão da ajuda do seu país à Indonésia em consequência do massacre de Santa Cruz, fez depender da reacção das autoridades indonésias ao resultado do inquérito, que então estava em curso, a revogação desta decisão.

As declarações do embaixador alemão na capital indonésia ao diário **Jakarta Post** (16/12/91) são ainda mais exemplares do incómodo em que se encontraram estes paladinos das virtudes ocidentais: "*A reacção da opinião pública ao incidente em Dili foi muito forte no nosso pais e, faça o que fizer o governo indonésio, tal terá eco na Alemanha*". Acrescente-se que o embaixador reconheceu às autoridades indonésias o direito de serem os primeiros a ter a palavra sobre o incidente já que o mesmo era "*um problema que tinha acontecido no vosso país*" (sic).

Foi, porém, na Grã-Bretanha que se registou um debate mais vivo sobre o problema de Timor-Leste em consequência do massacre. Os principais jornais dedicaram-lhe vários editoriais, reportagens e artigos de opinião. O semanário londrino **The Economist** (21/12/91) em editorial intitulado "*De Tiananmen a Timor*" escrevia: "[Os dirigentes indonésios] *não devem estar tão confiantes. (...) A estabilidade social dependerá do crescimento económico - o qual, por sua vez, dependerá parcialmente da largueza dos países doadores. No ano passado deram 4,5 biliões de dólares americanos; para o ano* [fiscal] *que termina no próximo mês de Março foram 4,7 biliões. A dívida externa da Indonésia é de 57 biliões* [de dólares] *e o seu serviço de divida consome, cada ano, 30% dos ganhos das suas exportações; o governo não está em posição de torcer o nariz aos estrangeiros.*".

Depois de defender que é necessário "*lembrar ao presidente* [Suharto] *que o mundo está a ficar muito menos tolerante à corrupção institucionalizada, ao nepotismo e aos abusos dos direitos humanos*", o editorialista termina afirmando que "*o Presidente Suharto é suficientemente sensato para perceber que a Indonésia está muito longe da China.*".

Não faltaram as manifestações em frente à embaixada indonésia. Várias dezenas de pessoas, entre os quais a deputada Ann Clwyd, Secretária de Estado para o Desenvolvimento no Ultramar do governo sombra trabalhista e a deputada Alice Mahon, concentraram-se no dia 10 de Dezembro defronte da embaixada indonésia em Londres para protestarem contra o massacre. James Gibbons, meio-irmão de Kamal Bamadhaj, encontrava-se presente com um cartaz onde se lia: "Quem matou o meu irmão?". A Campaign Against Arms Trade associou-se tambem à iniciativa. Foram entregues duas moções a funcionários da embaixada, uma assinada por 83 parlamentares do Partido Trabalhista, outra por 49 deputados dos quais 11 conservadores, 30 trabalhistas, 6 democratas liberais e 2 do Partido Nacionalista Escocês.

EUA: O RENASCER DO MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE

Também nos EUA houve uma forte reacção ao massacre de Santa Cruz. Manifestações de protesto ocorreram no dia 4 de Dezembro, defronte da embaixada da Indonésia em Washington aos gritos de «Cut the aid, stop the war" e no dia 10, defronte da Missão indonésia nas NU em Nova Iorque. Sessões de debate sucederam-se em várias universidades contando com a participação de várias centenas de estudantes. Todo este movimento proporcionou o renascimento do movimento de solidariedade com o povo timorense nos EUA que se traduziu na criação do «East Timor Action Network».

Os principais órgãos da informação escrita publicaram editoriais e artigos críticos para com a Administração Bush sobre o assunto. O **Washington Post** (9/12/91), por exemplo, escreveu em editorial intitulado «*Timor: Indonesia's Tienanmen*»: "*Deve haver um esforço paralelo para lidar com as raízes políticas do problema. O que significa ir para além da condenação e da investigação imparcial e organizar um acto de autodeterminação. As NU podem fazê-lo melhor que ninguém. Se a Indonésia tem razão ao reclamar que trouxe a prosperidade e a luz a Timor-Leste não deve ter receio de uma*

Solidariedade: encontro em Genebra

Representantes de grupos de solidariedade com Timor-Leste, provenientes de doze países, realizaram o seu 12º encontro anual em Genebra, de 14 a 16 de Fevereiro. Os participantes vieram da Indonésia, Austrália, Japão, Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, França, Itália, Holanda, Portugal, Suiça e Reino Unido.

O Encontro realizou-se de forma a coincidir com a sessão anual da Comissão dos Direitos Humanos da ONU (CDH). Alguns dos seus participantes, incluindo quatro testemunhas oculares do massacre de 12 de Novembro em Santa Cruz, testemunharam perante a Comissão. O Encontro exigiu à CDH que aprovasse uma resolução condenatória da Indonésia e que apoiasse um inquérito independente sobre os acontecimentos - antes, durante e depois do massacre. Os participantes no Encontro comprometeram-se a fazer pressão sobre os respectivos Governos, tanto em Genebra como no seu país.

José Ramos Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) e Mari Alkatiri, representante da Delegação da FRETILIN no Exterior, expuseram durante a reunião a sua posição sobre a situação actual e as estratégias da resistência timorense.

Pela primeira vez, um membro da oposição indonésia residente na Indonésia participou no encontro e delineou as condições e perspectivas da luta pela democracia no seu país.

O Encontro reafirmou o seu apoio às conversações sem pré-condições, tal como foi proposto pelo líder da resistência timorense Xanana Gusmão. Apoiou também a iniciativa do governo português de exigir o recomeço das negociações na ONU incluindo representantes timorenses. A composição da delegação timorense deverá ser decidida pela direcção da resistência no interior de Timor Leste.

No planeamento das actividades para 1992 foi dada a máxima prioridade à promoção das negociações de paz e à libertação dos presos políticos. Foi realçada a preocupação pela sorte de mais de 60 jovens timorenses presos após as manifestações pacíficas em Dili e Jacarta, em Novembro passado.

Em resposta à mensagem recebida de Xanana Gusmão, os participantes expressaram o seu apoio à Resistência timorense e, para reforçar a comunicação, decidiram que os resultados do Encontro lhe serão transmitidos. □

eleição honesta. O Presidente Bush, libertador do Kuwait, devia fazer disto a sua prioridade política".

Entretanto, 52 senadores norte-americanos, encabeçados pelo republicano Malcolm Wallop, escreveram ao Presidente Bush em 25 de Novembro a declarar a sua convicção de "*que os EUA precisam de tomar uma posição mais forte nesta questão. Devemos tornar claro às autoridades indonésias que estamos preocupados e acompanhando de muito perto a situação em Timor-Leste*". Os signatários afirmaram ainda esperar que "*os EUA estejam atentos a toda a abertura diplomática que se possa apresentar no futuro com vista a uma solução política que ponha fim ao desnecessário sofrimento em Timor-Leste e traga uma verdadeira autodeterminação ao território*".

CANADÁ: VOZES CRÍTICAS DAS IGREJAS

O Canadá foi o único país fora da CE que suspendeu a ajuda a projectos de desenvolvimento que proporcionassem assistência directa ao governo da Indonésia, em sinal de protesto contra o comportamento do exército em Timor-Leste. Mas à semelhança da Dinamarca e da Holanda, o Canadá anunciou na mesma ocasião que apoiava "*os esforços internacionais, especialmente das NU, para assegurar que a investigação da Comissão Indonésia de Inquérito sobre os acontecimentos em Timor-Leste sejam objectivos e independentes*".

As vozes mais críticas fora dos grupos de solidariedade vieram das Igrejas. A United Church of Canada, a maior igreja protestante (uma união dos Metodistas, Presbiterianos e Congregacionistas) enviou uma carta à MNE Barbara McDougall em 26 de Novembro - tal como o fez a Conferência Episcopal Canadiana - onde apelava "*ao nosso governo para pressionar o governo indonésio a desistir de toda a acção militar contra a inocente população civil de Timor-Leste e a permitir um processo de autodeterminação do povo de Timor-Leste (...).*". E num artigo publicado no **Toronto Star** (13/12/91), Bruce McLeod, presidente do Conselho Canadiano das Igrejas, defendeu que o corte da ajuda económica à Indonésia não era suficiente e que o governo canadiano devia encetar uma outra batalha, a do embargo à venda de armas àquele país.

JAPÃO: RELUTÂNCIAS ORIENTAIS

O Governo do Japão, que foi dos que mais relutantes em criticar o regime de Jacarta, seguiu oficialmente a mesma linha das restantes potências ocidentais. No início de Dezembro um porta-voz do MNE declarou que Tóquio podia relacionar as suas decisões sobre a futura ajuda económica à Indonésia com os resultados da comissão de inquérito indonésia ao tiroteio em Santa Cruz.

Mais crítica se mostrou a Dieta [Parlamento] onde 260 dos 764 membros, tanto do partido no poder como dos na oposição, assinaram uma petição dirigida ao Primeiro Ministro Miyazawa apelando a uma mudança drástica da política japonesa para com a Indonésia. Em conferência de imprensa, um dos signatários declarou: "*Queremos o corte da ajuda*". Alguns parlamentares que assinaram a petição disseram que Tóquio estava reluctante em assumir uma posição mais firme por receio de que a Indonésia podesse suspender os fornecimentos de petróleo bruto ao Japão. A Indonésia é o terceiro fornecedor, cobrindo 10% do total das importações deste produto, a seguir à Arábia Saudita e aos Emiratos. Koichi Kato, secretário do chefe de gabinete, disse que "*o Japão considerará o que deve fazer relativamente à ajuda tentando não se imiscuir nos assuntos internos do país*".

Atitude igualmente firme de condenação do massacre veio da Conferência dos Bispos Católicas Japoneses, que em reunião realizada em 12 de Dezembro, decidiu enviar uma carta de condolências ao Bispo Belo onde se afirmava: "*Desejamos que este direito à autodeterminação que é um direito de todas as nações e está consagrado na Carta das NU e na Declaração Universal dos Direitos do Homem deve ser garantido aos timorenses através dos caminhos e dos meios apropriados*". A conferência escreveu, na mesma ocasião, uma carta ao Secretário-Geral da ONU onde dava conta da sua preocupação pela violação dos direitos humanos em Timor-Leste. "*Na verdade foi devido a estas violações que o Bispo Belo se viu compelido a pedir-lhe, em carta de Fevereiro de 1989, para conduzir um referendo em Timor-Leste. Apoiamos este pedido feito pelo Bispo Belo e pedimos-lhe que encontre uma solução integral para o problema dos timorenses.*".

Só em 17 de Dezembro, mais de um mês depois dos acontecimentos de Dili, o embaixador do Japão acreditado na Indonésia, Michihiko Kunihiro, lamentou os disparos sobre os civis pelas tropas governamentais. em encontro com o MNE Ali Alatas.

AUSTRÁLIA: DESORIENTAÇÕES MOMENTÂNEAS

A Austrália, que em 1990 exportou cerca de 1,5 biliões de dólares americanos para a Indonésia e investiu naquele país mais de 800 milhões, foi onde as autoridades tiveram das reacções, aparentemente, mais contraditórias.

O MNE australiano, Gareth Evans, acusou em 2 de Dezembro as tropas indonésias de terem utilizado "*força excessiva*" [«*highly excessive*»] durante o tiroteio de 12 de Novembro. Dois dias mais tarde, numa entrevista publicada no semanário indonésio **Editor**, o MNE defendeu a necessidade de uma comissão de inquérito das Nações Unidas para averiguar daqueles acontecimentos.

Pela mesma altura a imprensa da área noticiava que a Austrália tinha manifestado à Indonésia vontade de abrir um consulado em Dili, enquanto o Primeiro Ministro de então, Bob Hawke, sugeria o envio de forças de paz da ONU para aquele território. Quanto ao embaixador australiano acreditado em Jacarta, Philip Flood, apelou à Indonésia para iniciar conversações com o povo de Timor-Leste e a diminuir a sua presença militar na área: "*Há necessidade de se sentar à mesa com o povo de Timor-Leste, incluindo a resistência, para pôr de pé um programa para a paz*" disse Flood no final de uma conferência de imprensa realizada no dia 7 de Dezembro, após uma visita de 5 dias àquele território.

Todo este fogo cruzado de declarações, fruto, em parte, da desorientação em que ficaram as autoridades de Camberra por verem brutalmente exposto à saciedade uma coisa que sabiam mas procuravam fingir que ignoravam, acabou por exercer um efeito persuasor sobre Jacarta no sentido de dar um ar de credibilidade à sua comissão de inquérito. Não admira que a Austrália tenha sido dos primeiros países a saudar e a felicitar Suharto pelo relatório dito preliminar sobre os acontecimentos de Santa Cruz. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS n° 112094 Dep. Legal n° 25317